

¹² Embora os *gaúchos* tenham começado a se estabelecer a partir da segunda metade dos anos 80, a incorporação das *chapadas*, na região, se inicia na segunda metade dos anos 70 pelos *projeteiros*, com reflorestamentos de castanha de caju, manga e projetos de pecuária. Sobre *gaúchos* e *projeteiros*, ver Moraes (2000).

¹³ Esse lugar é revelado como tendo características que o distinguem dos demais, apontando para a valorização de recursos naturais como rios, brejos, lagoas e, até mesmo, para determinados serviços básicos como escolas, estradas etc., tomados como atributos específicos. Quanto às mudanças na comunidade nos últimos 10 anos, destacam-se, por um lado, a melhoria de serviços de transporte, igreja, educação, água etc. e, por outro, a emergência dos grandes projetos nas chapadas e a conseqüente restrição do espaço local, as secas, e o descompromisso dos políticos.

¹⁴ Para detalhes, inclusive quanto à denominação científica das diversas espécies animais e vegetais, ver Moraes (2000), especialmente o capítulo V.

¹⁵ Sabourin e Duque (2000) lembram que ante a redução tendencial dos preços agrícolas, particularmente dos cereais, iniciada nos anos 70, os sistemas familiares de produção de grãos como feijão e milho, por exemplo, tornam-se economicamente insustentáveis, diante dos preços de mercado. No entanto, dizem eles, certas unidades familiares, de tipo camponês, conseguiram se manter através do autoconsumo e do mercado local.

¹⁶ Que são: 1/ composto por órgãos administrativos públicos locais e microrregionais: prefeituras municipais e suas diversas secretarias, conselhos de desenvolvimento rural (CMDR), consórcios de municípios; 2/ formado por entidades privadas de interesse coletivo ou comunitário: organizações de produtores (associações, sindicatos), entidades civis (ONG's, fóruns de desenvolvimento, cooperativas de técnicos). Esses dois tipos diferentes e atuando com meios diversos asseguram funções antes assumidas por órgãos federais. As transformações da agricultura, principalmente da familiar, ligam-se estreitamente às mudanças organizacionais, não apenas proporcionadas por agricultores, como também pelo ambiente institucional, local ou regional (Sabourin, 2001).

¹⁷ A respeito de sistemas agroflorestais em regiões de cerrados, a Rede Cerrados vem desenvolvendo pesquisa na qual, recentemente, foi incluído o Piauí.

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ARARAS (SP) E OS DESAFIOS À PESQUISA AGROPECUÁRIA

Miguel Angelo da Silveira

Este artigo analisa as expressões e a exeqüibilidade da multifuncionalidade na agricultura familiar no município de Araras, São Paulo, e suas relações com as indústrias agroalimentares, em um contexto de predominância das culturas de cana-de-açúcar e laranja. A abordagem se volta para a identificação dos desafios colocados para a pesquisa agropecuária, como parte da construção de políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, de âmbito local, dirigidas para a agricultura familiar.

A análise tem uma dimensão teórica que visa aportar uma série de hipóteses que possam servir de marco de referência, ou abertura de novos itinerários, para a pesquisa agropecuária desenvolver sistemas de produção competitivos e sustentáveis para a agricultura familiar, considerando os limites da chamada agricultura moderna. Essa outra forma de agricultura, para se consolidar e não depender tão fortemente da agroindustrialização capitalista, carece de avanço científico nos aspectos de novas abordagens metodológicas e alternativas tecnológicas.

Acredita-se, também, que políticas públicas locais assentadas em bases realistas, e em coexistência com o conhecimento científico, viabilizam o atendimento da grande diversidade de demandas do setor. Pretende-se, assim, amenizar a tarefa de integrar os componentes de uma nova dinâmica de gestão de desenvolvimento rural (claramente também não agrícola), numa tônica que busca harmonizar as dimensões sociais, ambientais e territoriais.

Na primeira parte do texto examina-se, brevemente, o rumo das principais transformações ocorridas no panorama agrícola e agrário brasileiro, durante as últimas décadas, enfatizando os efeitos sobre a agricultura familiar, o meio ambiente e a emergência da multifuncionalidade da agricultura. Esse exercício fornece os elementos para a avaliação das possibilidades da pesquisa agropecuária em promover o desenvolvimento econômico e

ambientalmente sustentável de unidades familiares. Na terceira parte apresentam-se, resumidamente, os dados da pesquisa realizada no município de Araras (SP), tendo em vista a análise da multifuncionalidade e prevendo sugerir para a quarta, e derradeira, parte uma agenda de pesquisa equacionada às condições da agricultura familiar do município.

Meio ambiente, agricultura familiar e a emergência da multifuncionalidade da agricultura

Os estudos sobre as cadeias agroalimentares, ou sobre os fatores determinantes da estrutura e desenvolvimento do sistema agroalimentar, normalmente tratam das marcantes características da relação entre a indústria e o capitalismo, duas formas sociais não separáveis e em simbiose. No processo nota-se a intensa incorporação de tecnologias na busca da cristalização dos pressupostos da modernização da agricultura.

Como conseqüência, convive-se com um significativo quadro de degradação ambiental provocado pela inexistência de políticas públicas ambientais em função do “impulso” dado às políticas agrícolas de cunho neoliberal. O desenvolvimento capitalista modifica profundamente as suas relações históricas com a natureza e, com a intensificação de seu ritmo de crescimento, acaba por destruir as suas próprias condições de reprodução.

Uma outra face que se revela da atividade agrícola brasileira é uma significativa desagregação social no campo devida às relações de produção com caráter excludente historicamente estabelecidas.

Nesse quadro, ainda que ocupando um papel restrito no contexto de políticas agrícolas, as práticas sociais da agricultura familiar têm criado novas formas de gestão e produção agrícola no campo. O agricultor familiar cada vez mais participa de movimentos coletivos mais amplos e desempenha múltiplas funções.

Revela-se assim, para as políticas de desenvolvimento rural, uma ótica diferenciada a respeito do funcionamento das unidades familiares que confirma as proposições exaltadas nos estudos sobre a noção da multifuncionalidade. A criatividade e a capacidade empreendedora das sociedades rurais informam também a necessidade de um trabalho conjunto com os órgãos públicos.

Nesse cenário, vislumbra-se, como aponta Abramovay (2003), o meio rural converter-se, cada vez mais, em um bem público. “Ele não consiste mais, somente, no espaço físico em que se espalha a produção agropecuária, mas adquire funções sociais que obrigam sua partilha entre uma quantidade diversificada de atores”.

As possibilidades da pesquisa agropecuária na promoção do desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável de unidades familiares

A emergência da multifuncionalidade, como fator central do desenvolvimento rural, faz valorizar e repensar, simultaneamente, a necessidade de um novo enfoque para a estrutura institucional e organizacional das instituições estatais de pesquisa. As estratégias de construção desse novo modelo devem incorporar elementos de fundamentações científicas diferenciadas, recapacitação e treinamento dos pesquisadores, estabelecimento de alternativas de investigação que visem a gestão dos agroecossistemas com uma perspectiva da totalidade, de modo a incorporar o equilíbrio e a transversalidade metodológica entre as ciências humanas e as da natureza.

A intervenção do setor público, para o desenvolvimento dessa nova agenda de pesquisa, implica também a implementação da abordagem socioambiental, a utilização equilibrada dos recursos naturais e com visão territorial, ou seja, um planejamento integral com base no caráter multifuncional do setor rural.

Essa realidade, apesar de ser ainda praticamente remota, traz consigo a esperança de representar o novo tão esperado. O que se percebe, normalmente, é que a ação da pesquisa, quando relacionada com a questão da formulação de políticas públicas, não tem influenciado os responsáveis pela tomada de decisões no campo. Esse hiato, como já apontava Canuto (1993), não chega a ser preenchido pelas evidências dos resultados alcançados pela pesquisa, apesar de demonstrarem o alto grau de degradação ambiental provocado pelas práticas da moderna agricultura. Para o autor, no Brasil "existem condicionantes estruturais que colocam a questão ambiental em posição secundária, em função da emergência do 'problema da fome e da produção agrícola no seu todo'".

Nos países ricos, as políticas ambientais assumem maior importância e a reunião de fatores, tais como a segurança alimentar, a preocupação com a paisagem, a gestão territorial, constitui a própria síntese da multifuncionalidade da agricultura.

É, portanto, necessário ampliar a ação da pesquisa e criar um estilo multifuncional de investigação científica, de modo a incluir os vínculos do urbano e do rural, a participação dos agricultores, o novo contexto político do país e a nova demanda por pesquisas agroecológicas, com a finalidade de novas oportunidades para a produção familiar.

O meio ambiente tornou-se um domínio cada vez mais concorrido para programas de pesquisas cuja dinâmica é condicionada pelo desenvolvimento agropecuário e pelas forças sociais que remontam à estrutura social global. Porém, a complexidade das relações dessa estrutura, como processo histórico específico, não favoreceu o atendimento das demandas sociais, cujo desafio não é fácil de ser atingido.

O desenvolvimento tecnológico é heterogêneo e avançou significativamente com respeito às técnicas e aos métodos de produção agrícola. Torna-se cada vez mais sofisticado no controle de poluição, avaliação de impactos ambientais e no campo biogenético. De outra parte, no que tange ao desenvolvimento humano, permanece uma defasagem e a crise social atual não conheceu a mesma atenção por não ocupar um lugar central.

Atualmente, no entanto, nos âmbitos da agricultura e do rural, percebem-se reflexões que podem gerar um diálogo renovado em função do agravamento dos impactos socioambientais como consequência do favorecimento à intensificação dos sistemas de produção modernos.

Na Europa, mais especificamente na França, esse diálogo busca precisar o novo lugar que os agricultores devem ocupar na sociedade e uma melhor definição de sua missão. O conjunto da sociedade se apropria progressivamente do mundo rural e muitos são aqueles que consideram que o papel dos agricultores deve estar além da sua função básica (Curien, 1993).

As políticas européias para o meio ambiente e a discussão em torno da noção da multifuncionalidade, mais particularmente, fortalecem os esforços de pesquisadores brasileiros que tratam do meio ambiente com pertinência social.

No Brasil, os importantes debates políticos que estão em curso influenciam os programas e políticas de desenvolvimento rural sustentável, exatamente em função de sua preocupação com os recursos naturais aliada aos elementos de reflexão social e cultural.

A necessidade de reforçar e qualificar a pesquisa sobre os temas da agricultura familiar e do meio ambiente deve colocar na ordem do dia a idéia de que a agricultura familiar e o meio ambiente são as duas faces de um mesmo campo, ou seja, o do desenvolvimento rural sustentável.

Contudo, essa nova tarefa não virá desprovida de dificuldades, uma vez que os desafios postos para essas duas temáticas são muito mais que puramente tecnológicos, mas acima de tudo políticos. Mudanças dessa monta não são concebidas pela maioria dos pesquisadores, pois implicam assumir,

prioritariamente, o papel de um dos principais condutores dos processos de desenvolvimento local, da gestão do território e da proteção ambiental.

Ademais, a abordagem de pesquisa, que expressa uma preocupação equilibrada entre os aspectos sociais e ecológicos, esbarra na falta de uma fundamentação epistemológica e teórica mais sólida dos pesquisadores com relação aos campos selecionados.

O modo pelo qual distintos grupos de pesquisadores interagem com um mesmo problema de pesquisa responde a um modelo dual de racionalidade que é reflexo de consensualidades de princípios e teorias diferentes entre as ciências da natureza e sociais. Essa contradição, que para muitos parece ser intransponível (Carvalho, 1992), acarreta a adoção de estratégias metodológicas particulares em cada caso.

Porém, abordagens diferentes de conceber as fronteiras da interface homem/natureza apenas indicam uma dupla necessidade emergencial: construções teóricas mais sólidas e maior articulação entre pesquisadores e agricultores no processo de geração de tecnologias e de definição de estratégias de intervenção na realidade do setor produtivo.

Dessa forma, o ponto de apoio teórico principal de pesquisas na linha socioambiental é a reconstrução das determinações sociais dos problemas ambientais, como condição essencial do conhecimento do movimento de totalização a que eles pertencem. Movimento fora do qual a síntese orientadora do trabalho interativo entre as disciplinas parece tornar-se inviável.

Muito embora nessa categoria de pesquisa surjam imprecisões com respeito à apreensão da complexidade e riqueza da realidade socioambiental, a prática de intervenção na realidade dos agricultores deve ser norteadada pela apreensão da riquíssima pluralidade existente no campo e da sua ampla diversidade de valores. Talvez seja essa uma das principais contribuições para o debate sobre desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.

A necessidade da apropriação socioambiental pela pesquisa agropecuária

Normalmente, a abordagem dos problemas ambientais, por parte da pesquisa agropecuária, ocorre de forma isolada ou desarticulada da análise das condições objetivas - ou históricas - que os produzem ou determinam. Todo e qualquer problema ambiental deve ser necessariamente visto como resultado de relações sociais dadas ou historicamente determinadas.

O ponto de vista defendido pela maioria dos pesquisadores, de que a tecnologia é a panacéia para todos os males da agricultura, não passa de uma ilusão tecnicista, mais ainda diante da complexidade da agricultura de base familiar e do meio ambiente. Portanto, a pesquisa “para” a agricultura familiar e para o meio ambiente, diferentemente da pesquisa “sobre”, de acordo com Sebillotte (2001), implica, acima de tudo, uma mudança dos valores dominantes da cultura da pesquisa, a ponto de permitir que ela vá muito além do tradicional processo de geração de tecnologias centrado na ideologia difusionista.

Pesquisar para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar pressupõe envolver-se em uma aventura estimulante de convivência com agricultores, além de exigir um olhar crítico sobre a própria história da pesquisa agropecuária brasileira.

Em um contexto de mudanças rápidas e de competitividade mercadológica, como o presente, é cada vez mais difícil imaginar uma outra lógica científica que não aquela guiada pela análise pontual e reducionista. Como a apreensão da realidade dos fatos é “parcelada em ‘fatias’ independentes umas das outras”, o resultado, evidentemente, será sem grande valor indicativo das conseqüências sobre o homem e seu ambiente (Meyer, 1990).

A pesquisa agropecuária para dotar-se da capacidade de se atualizar e progredir deve se ater ao trato da questão ambiental e da agricultura familiar não de modo abstrato, ou como se fossem temas possíveis de serem estudados apenas a partir da perspectiva da ideologia tecnocrática. A técnica por si só não é portadora de um princípio geral de solução dos problemas socioagroambientais. Na perspectiva hegemônica, os protagonistas sociais não estão jamais presentes - um sistema sem sujeito - e os problemas agroambientais parecem ser deixados de fora de qualquer relação social, como se fossem portadores de um determinismo associial.

Diante de fatos como esses, sublinha-se a necessidade da atividade de pesquisa se equipar de outras ferramentas analíticas de modo a ter em conta as novas formas que assumem as relações sociais, as instituições, o Estado e as instituições culturais coletivas, bem como os cruzamentos entre eles. Se, por um lado, os tempos da globalização sugerem uma certa uniformização econômica e financeira, simultaneamente convivem, dentro de um mesmo mundo, as especificidades culturais e sociais que são reforçadas e que geram outras demandas locais.

Lógica e estratégias da multifuncionalidade da agricultura familiar de Araras (SP)

O município apresenta como principais atividades produtivas as indústrias de transformação seguidas da agricultura da cana-de-açúcar, laranja e milho. O percentual estimado da produção é de 60% da indústria; 15% agropecuário; 20% comércio e 0,5% serviços (Araras, 2003).

De acordo com números da secretaria municipal de Agricultura, indicados por Morelli, Araras possui 900 propriedades rurais. A floresta tropical deu lugar ao café e, atualmente, dos 61 mil hectares do município, 47 mil hectares são áreas agrícolas exploradas. O cultivo da cana chega aos 30 mil ha e o da laranja está em torno de 10 mil ha. As outras culturas correspondem a sete mil ha da área cultivada. Ultimamente, a fruticultura vem se fortalecendo em Araras, apresentando um forte potencial de mercado. O município dispõe de condições climáticas e localização geográfica privilegiadas para isso (Morelli, 2003).

Nas últimas décadas, a agricultura do município experimentou importantes mudanças na base técnica e em suas relações com o mercado. Apesar disso, a unidade de produção predominante continua sendo a do tipo familiar, mantendo a sua capacidade de subsistência e funcionalidade econômica, tanto em períodos de crescimento como em épocas de crise, como a presente.

As explorações familiares representam cerca de 82% do total de estabelecimentos, ao passo que 75% da área explorável são ocupados pelas propriedades empresariais que perfazem tão-somente 7% do total. O número total de explorações agropecuárias manteve-se o mesmo nos últimos anos, o que não significa que tenha ocorrido uma estagnação da produção do setor (Morelli, 2003).

Dados da pesquisa de campo (Silveira, 2003) indicam, de modo geral, que as alterações na organização da produção agrícola seguiram em direção a uma maior tecnificação, em função do predomínio das culturas da cana-de-açúcar, laranja e milho.

Com relação aos recursos naturais, a exploração agrícola familiar, dada a sua integração ao circuito econômico da cana-de-açúcar e da laranja, reproduz o modelo de agricultura industrial da região onde ela está inserida. Nota-se um alto índice de mecanização da lavoura, uso de sementes certificadas, de adubos químicos, de agrotóxicos com grande frequência e que vem aumentando. A conservação do solo se dá nos padrões convencionais.

O saneamento básico da área estudada é adequado, pois a água é proveniente de poços e os dejetos humanos são recolhidos em fossas. Os dejetos animais, quando em grande quantidade, são dispostos em esterqueiras.

Os produtores familiares entrevistados demonstraram uma relativa preocupação com a conservação da água e das matas ciliares nas propriedades que possuem nascentes, córregos, rios e represas.

A maioria dos agricultores gostaria de receber ajuda para o que denominam “cuidar da natureza”. Dentre os compromissos que estariam dispostos a assumir foram citados a preservação da área, o reflorestamento (no sentido de recomposição das matas e não da exploração econômica) e a proteção de nascentes de água. Em troca, gostariam de ser recompensados pelos órgãos públicos, por meio de recebimento de créditos ou isenção de impostos.

Os proprietários têm uma forte relação de integração com a terra e se vêem, acima de tudo, como agricultores. Demonstram a intenção em investir na exploração agrícola, cada vez mais, pois o patrimônio familiar é levado em alta consideração.

Se os filhos estão mais integrados à vida da cidade, principalmente pela necessidade de trabalhar e estudar, os chefes de famílias têm uma relação com a vida urbana limitada à compra de alguns produtos e a raríssimas outras atividades, como as religiosas e de lazer.

A participação na vida cultural e religiosa é marcada pelos fortes laços de amizade entre os vizinhos. Os bairros rurais dão o sentido da coletividade social e a rede de relações que se estabelece entre eles é também conformada pela identidade espacial.

As possibilidades de garantia das atividades culturais e de lazer se condicionam, também, à consolidação da situação econômica. Uma vez que as manifestações culturais e de lazer são notadamente rurais e interligadas, percebe-se a importância da relação direta com a agricultura.

Uma característica a ser destacada é a alta incidência de parentesco de descendentes de italianos. Os proprietários são, na maioria, da própria região e apresentam uma forte relação com o local. Talvez daí possa também advir a importância dada às reuniões familiares e ao papel da família na lógica da organização da produção.

Por outro lado, o direcionamento preferido dos “moços e moças” para as cidades e a necessidade da divisão das propriedades, entre os poucos filhos que permanecem no campo, evocam mais restrições e possibilidades de instabilidades em termos de futuro.

Em Araras, apesar do quadro geral, há sinalização dos agricultores com tendências de valorização de algumas funções não imediatamente mer-

cantis, como as que levam em conta o meio ambiente, a paisagem rural, a fauna e a saúde dos membros das famílias.

Conclusões sobre a realidade rural de Araras e os desafios para a pesquisa agropecuária

A pesquisa realizada em Araras fornece os elementos centrais da discussão sobre a multifuncionalidade e reforça a necessidade de revisão das formas e processos de geração e difusão de tecnologias baseadas no, ainda dominante, paradigma positivista.

Da especificidade da agricultura de Araras emergem o papel importante desempenhado pelos estabelecimentos familiares na área, a realidade de uma agricultura familiar multifuncional, ainda que restrita à função produtiva, uma melhor compreensão da lógica de produção das famílias e a falta de alternativas tecnológicas voltadas para a sustentabilidade agroambiental e adaptadas à capacidade dos agricultores.

Mesmo não tendo uma compreensão exata da noção da multifuncionalidade da agricultura, a partir da racionalidade científica, são os próprios agricultores familiares os seus verdadeiros demandadores.

Sob o enfoque da noção da multifuncionalidade, a reprodução social da família parece se garantir, fortemente, pela geração da renda subordinada à exploração das culturas, principalmente da cana-de-açúcar e laranja. Ademais, a viabilização da função "reprodução social" se dá, ainda, com base no trabalho dos membros da família.

Pelo fato da principal fonte de renda vir da atividade agropecuária, depreende-se que as alternativas produtivas encontradas têm sido orientadas, fundamentalmente, para o cumprimento da função de reprodução social da categoria familiar.

A questão relativa ao futuro sucessório das propriedades familiares de Araras resta em dúvida. A manutenção do sistema convencional de exploração agropecuária imposto pela modernização da agricultura poderá, no caso de algumas propriedades, como, por exemplo, as de áreas arrendadas, provocar o esgotamento dos recursos naturais, comprometer a rentabilidade econômica, o grau de capitalização e a relação com o mercado.

A compreensão dessa realidade e dos outros fatores analisados, por parte dos proprietários, evidencia a possibilidade em aceitar uma mudança na direção da multifuncionalidade.

A agricultura familiar de Araras, por supor uma relação com um mercado mais amplo e com uma estrutura produtiva e empresarial mais favorável em comparação com outras regiões do Brasil, não incorpora na totalidade as características marcadas no debate da multifuncionalidade da agricultura.

Um maior aproveitamento dessa possibilidade implicaria uma mudança substancial no esquema produtivo desse setor, a médio e a longo prazos, a partir, principalmente, de estímulos políticos que criassem instrumentos de reforço às instâncias produtivas, estabelecessem prioridades e elaborassem programas específicos. Seria, ademais, primordial que os agricultores tomassem conhecimento das possibilidades que se abrem e dos obstáculos que existem para se adaptarem a uma realidade multifuncional. Acima de tudo, devem ter a compreensão exata dos fatores de riscos ambientais e de degradação social provocados pelo modelo econômico e agrícola em uso para incorporá-los, sob um aspecto político e crítico, em suas lutas diárias e em seu benefício.

Para a produção familiar de Araras a multifuncionalidade da agricultura pode apresentar grandes vantagens e os sistemas familiares podem adquirir novos contornos, pois tal noção está voltada prioritariamente para a diversidade da produção, a garantia da saúde e da segurança alimentar, a preservação e manutenção dos ecossistemas, da vegetação nativa, entre outros.

Mesmo que na amostra tenham sido incluídos assentados rurais, não ficou caracterizada qualquer demanda específica deste segmento. Contudo, dado o interesse na continuidade da pesquisa, a aproximação com esse tipo característico de agricultores familiares será aprofundado.

Por outro lado, a ação das instituições de pesquisa, nesse contexto, constitui um tema que demanda uma cuidadosa reflexão e é um elemento fundamentalmente importante para apoiar a promoção do desenvolvimento multifuncional das unidades familiares.

Para a retomada da pesquisa em Araras propõe-se um formato metodológico que, longe de reunir elementos inéditos, leve em consideração os entraves estruturais e as variáveis de ordem político-ideológica no contexto das instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Considera-se mais apropriado, no caso, indicar uma conjugação de análises socioambientais e diagnósticos científico-participativos. Tendo em vista a definição de ações de intervenção na realidade, opta-se por uma combinação de métodos científicos que foca o uso eficaz dos recursos naturais e valoriza o conhecimento e a cultura locais. No contexto do cruzamento en-

tre agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável, esse enfoque metodológico considera a execução de levantamentos e diagnósticos, participativos ou não, análises socioambientais e métodos de intervenção.

A intenção em mostrar a necessidade de integração, e articulação, entre vários métodos qualitativos com métodos quantitativos busca superar a visão da pesquisa tradicionalmente difusionista. A opção pelo enfoque metodológico que alia a noção da multifuncionalidade aos estudos participativos não nega o processo de geração e difusão de tecnologia mas visa explorar o potencial da agroecologia e da multifuncionalidade como elementos catalisadores e transformadores da realidade da produção familiar.

Entende-se como fundamental, nesse percurso, explorar as possibilidades oferecidas pela multifuncionalidade da agricultura em face das peculiaridades da realidade rural para a busca de subsídios às políticas públicas de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural, associado à concepção da multifuncionalidade da agricultura, representa uma mudança de paradigma em relação aos postulados da modernização da agricultura. Sendo assim, a multifuncionalidade se configura em ponto de partida e de chegada da proposta, conforme indicam os passos metodológicos sugeridos.

O ponto central é dar ênfase particular às relações existentes entre o sujeito social da unidade de produção familiar e as questões ambientais. Esse encontro deve-se ao fato que a complexidade das questões socioambientais impõe, necessariamente, que o conhecimento das condições de reprodução das relações ambientais pressupõe o conhecimento aprofundado das condições da reprodução social e econômica de seus agentes.

A participação é vista como o melhor caminho para o sucesso de projetos de desenvolvimento da agricultura familiar. O recurso do uso de métodos participativos de diagnóstico em projetos de desenvolvimento é um dos elementos fundamentais para abrir caminho para transformar as experiências e as lições de campo em subsídios para políticas públicas (Chambers & Guijt, 1995).

O que se pretende com a utilização de abordagens participatórias é estimular a percepção de atores sociais locais, de modo que se transformem em ativos participantes na definição de estratégias para o desenvolvimento dos sistemas agropecuários locais.

Neste contexto, o trabalho de intervenção participativa é visto como um meio de levantar e analisar problemas ambientais e sociais e, ao mesmo

tempo, de buscar as soluções, porque são resultados de relações sociais específicas. Deste modo, o resultado a ser produzido pode dar ao pesquisador interventor, preocupado com os aspectos ambientais, as condições de um diálogo democrático com os agentes sociais em questão, orientado para a solução dos problemas selecionados. Fora disso, a pesquisa estará sempre informando políticas autoritárias e de resultados duvidosos (Silveira, 1996).

Já o conjunto de alternativas agroecológicas, visando a intervenção participativa nas áreas de agricultura familiar, deve ser definido com base na constituição de um espaço de desenvolvimento técnico para a formação socioambiental e aperfeiçoamento profissional dos agricultores.

A agroecologia surge no Brasil nos estados do Sul como uma tentativa de reorientação tecnológica para permitir o fortalecimento dos agricultores ante as dificuldades econômicas geradas pelo processo de “modernização conservadora” (Petersen & Weid, 1999).

A agricultura familiar tem grande potencial para a agroecologia, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. De um lado, o domínio do uso de insumos e técnicas e, de outro, os conhecimentos tradicionais de gestão que ultrapassam o cultivo e se orientam a toda a propriedade, com suas inter-relações e complementaridades, constituem um patrimônio cultural ainda restante após a modernização dos sistemas agrícolas (Canuto et al., 1994).

As atividades de intervenção são priorizadas de acordo com as condições estabelecidas pelos próprios agricultores e acontecem com base em um processo interativo. A partir da dinâmica fixada, a equipe de técnicos passa a ter encontros periódicos com o propósito de desenvolver estudos teóricos e práticos para a realização da empreitada; oferecer cursos e oficinas para a capacitação dos agricultores e aperfeiçoamento técnico dos sistemas de produção. Esse aspecto do trabalho tem a pretensão de gerar, simultaneamente, um processo de conscientização e de emancipação do grupo. A intervenção é executada pela própria comunidade que não fica na dependência de pesquisadores e técnicos. Estes, por seu turno, colaboram na medida das necessidades.